

GLOBALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE

GLOBALIZATION, EDUCATION AND THE TEACHER'S WORK

Luis Henrique ZAGO¹

Resumo: Nos últimos trinta anos o capitalismo sofreu uma profunda reestruturação produtiva. Sendo as escolas partícipes do mundo cotidiano, as transformações no modo de produção, necessariamente, reverberam em suas estruturas. Modificações nas escolas exigem dos professores esforços de reestruturação de seus papéis sociais como educadores. O governo paulista, pressionado pelos órgãos internacionais que capitaneiam o sociometabolismo do capital, por meio de diretrizes e leis, pressiona os docentes a se adequarem a um novo padrão pedagógico que esteja em conformidade com as exigências do mercado. Apesar das inúmeras exigências e cobranças para que os profissionais da educação ressignifiquem seu agir, os investimentos em qualificação e formação se reduzem dia a dia, gerando nos professores a angústia de terem que, por conta própria e com seus poucos recursos, construir um novo perfil docente que possibilite um trabalho satisfatório e digno a eles e aos seus alunos. Diante destas questões, buscamos nesse trabalho refletir sobre aspectos relativos à construção do sistema educativo brasileiro, tendo como foco a construção da subjetividade do professor que pressionado

¹ ZAGO, Luis Henrique. Professor de filosofia da Fundação Educacional da Araçatuba. Especialista pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul em história, Especialista em psicologia pela Universidade de São Paulo e Especialista em arte e educação pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho UNESP. Email: luishenriquezago@hotmail.com

pelas profundas e violentas transformações do mundo contemporâneo, se vê obrigado à construção de novas formas de interpretação do seu fazer: novas interpretações estéticas, morais, culturais, intelectuais, etc.

Palavras-chave: Globalização. Banco Mundial. Fazer docente. Mundo do trabalho.

Abstract: Over the last thirty years the capitalism suffered a deep productive reform. Being the schools members of the everyday world, the changes in the production way necessarily reflected in their structures. Changes in schools require teachers' efforts to restructure their social roles as educators. The State government, pressured by international committee who govern the social process that the capitalism cause, through guidelines and laws, pressure the teachers to adjust to a new teaching standard that is in comply with the market demand. Despite of the numerous requirements and demands for the education professionals to give another mean to his act, the investments in skills and training are reduced day by day, causing anxiety among teachers and with their own low resources, build a new teaching profile that allows a good and decent job to their students. Facing with these questions, in this paper we reflect about the important aspects to the construction of the Brazilian educational system, focusing on the construction of the subjectivity of the teacher pressed by the deep and violent transformations of the contemporary world, are forced to create new ways of interpreting what they do: new aesthetic, moral, cultural, intellectual interpretations, etc..

Keywords: Globalization. World Bank. Do teachers. World of work.

Nos últimos trinta anos, o capitalismo sob a hegemonia do capital financeiro², sofreu significativas transformações nos aspectos econômicos, políticos e culturais, entrando em uma fase de estagnação, como indica Corsi (1999).

Na tentativa de superar seus limites e contradições, colocando fim a essa estagnação, organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, etc.) promoveram a abertura das economias nacionais através da utilização de novas tecnologias e difusão da ideologia liberal, organização de processos produtivos mais flexíveis, privatização da economia, redução da força de trabalho empregada, introdução de vínculos variados e relativamente frouxos entre trabalhador e a empresa, realocação espacial entre alguns países de vários segmentos produtivos e a marginalização de inúmeras regiões. Não está claro se estas mudanças são suficientes para caracterizar o período como marcado por uma nova forma de acumulação; acreditamos que seja mais uma ruptura no interior de uma continuidade plena, como afirma Alves (1999).

Neste contexto, desestrutura-se o regime militar brasileiro, abrindo espaço para que civis cheguem ao poder no Brasil. É importante frisarmos que a abertura política é promovida pelos militares de forma a impedir que a oposição chegue ao poder.

Estas rupturas reverberam em todos os aspectos da vida social, atingindo intensamente as formas de pensar, agir, sentir, os sistemas de poder, os hábitos de consumo, as atitudes culturais, as maneiras de organização espaço-temporais provocando a sensação de que tudo o que temos e sabemos se fragmenta como indicam Berman (1986), Giddens,

² Entendemos o capital financeiro como o capital especulativo-parasitário (ALVES 2006) que representa os capitalistas que buscam valorizar o capital-dinheiro sem passar pela esfera da produção. Chossudovsky apud Jinkines (2002, p. 26) explica que este capital se valoriza por meio de transações especulativas e com a manipulação das taxas de juros.

Beck e Lash (1997) ³.

Autores como David Harvey (1992), propõem que estas fissuras estão alocadas em uma reorganização do modelo fordista-keynesiano (que pautou o “Estado-do-bem-estar-social”) que se amalgama a novas formas de acumulação dando origem ao que ele denomina “acumulação flexível”. Segundo Harvey (1992, p. 140) “A acumulação flexível, “[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

Estas novas formas são baseadas em um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro (CHESNAIS, 1996)⁴.

A mudança do modo de acumulação alterou profundamente a estrutura econômica mundial, rompendo com a estabilidade e relativo crescimento econômico alcançado durante a vigência do modelo fordista-Keynesiano.

Para Chesnais (1996, p. 300) três elementos, que hoje estão em crise, garantiam a expansão capitalista: os níveis de emprego e salários altos, que caucionavam um consumo de massa; o ambiente monetário

³ “A moderna humanidade se vê em meio a uma enorme ausência de valores” (BERMAN 2000, p. 21). “Assim, em virtude do seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Este novo estágio, em que o progresso pode transformar-se em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva.” (GIDDENS, BECK e LASH 1997, p. 12)

⁴ Indubitavelmente é a exploração do trabalho vivo que produz riqueza, mas é o capital financeiro, cada vez mais, que ordena o destino dessa. Atualmente, o capital financeiro, aparece dissociado dos processos de produção. Como afirma Jinkings (2002, p. 26) “[...] apesar do juro resultar da mais-valia extorquida do trabalhador na produção, ele se apresenta imediatamente aos olhos como mercadoria produzida autonomamente pelo capital, sem a mediação do trabalho.” Marx (2002) identifica o capital produtor de juros como a forma mais avançada de fetiche, pois ele se apresenta como o dinheiro que gera mais dinheiro.

internacional estável; e finalmente, Estados dotados de instituições fortes o bastante para disciplinar o funcionamento do capital privado⁵.

Estas três séries de relações foram seriamente danificadas nas últimas três décadas pela liberalização, financeirização, mundialização do capital⁶ e pelas mudanças tecnológicas e organizacionais que destroem mais postos de trabalho do que geram.

A partir da década de 1970 as estruturas relacionadas ao capital financeiro tiveram uma valorização que foi concomitante à dificuldade em valorizar o capital produtivo⁷. Este crescimento foi acicatado por medidas liberalizantes, difundidas a partir dos Estados Unidos e da Inglaterra. Sobre isto escreve Polizel (2003, p. 52)

Ganhando visibilidade na década de 70, como possível saída a crise mundial do capitalismo, o neoliberalismo ganha força na década de 80, como

⁵ Hobsbawm (1998, p. 398) que chamará as décadas de 70, 80 e 90 “Décadas de Crise” afirmará que os Estados perderam a capacidade de controlar os movimentos do capital: “[...] o fato fundamental das décadas de Crise não é que o capitalismo não funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso na Década de Ouro, a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funciona mais. As décadas de Crise foram a era em que os Estados Nacionais perderam seus poderes econômicos.”

⁶ Segundo Singer (1998) a mundialização é um fenômeno com mais de cem anos. Para ele a economia capitalista industrial sempre buscou ir além dos limites dos Estados nações. Apesar de ser antigo, nos anos após a segunda guerra mundial o processo de integração entre os mercados e de circulação de mercadorias ganhou novo vigor acelerando vertiginosamente. Segundo Singer (1998, p. 19): “Após a última Grande Guerra, os vencedores, capitaneados pelos Estados Unidos, colocaram a retomada da globalização econômica como objetivo primordial. As instituições criadas na Conferência de Bretton Woods, ainda em 1944, receberam um claro mandato neste sentido.”

⁷ O crescimento econômico tem permanecido fraco mesmo nas regiões de capitalismo avançado, onde os níveis de investimento produtivo tem decaído. Os dados atinentes ao G7, apresentados por Plihon apud Jinkings (2002, p. 31), indicam que estes países tiveram um crescimento de 3,6% na década de 1970, 2,8% na de 1980 e 2% na primeira metade da década de 1990.

resultado de uma mudança político-ideológica no modelo de desenvolvimento, disseminado através dos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra (1979); Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980); Helmut Kohl, na Alemanha (1982) e Nakasone, no Japão.

As políticas de liberalização e desregulamentação financeiras generalizaram-se a partir da década de 1980 nos países mais industrializados, transformando o sistema financeiro internacional em um grande mercado único de dinheiro interconectado por recursos de comunicação eletrônica. Segnini (apud JINKINGS 2002) sintetiza as alterações no sistema financeiro internacional afirmando que houve desintermediação financeira dos bancos, instabilidade monetária e cambial, inovações financeiras, e internacionalização dos bancos.

Este movimento de reestruturação dos sistemas bancários nacionais tem afetado instituições de todo o orbe terrestre. Nos Estados periféricos a subsunção às economias hegemônicas tornou mais vulneráveis e instáveis as estruturas econômicas. Estes países tiveram grande parte de suas políticas econômicas atreladas às exigências do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Segundo Silva apud Polizel (2003, p. 53) estes organismos financeiros

[...] impuseram o ideário político-econômico denominado programa de ajustes estruturais, cujos objetivos eram assegurar regularmente o pagamento da dívida externa, transformar as bases econômicas dos Estados capitalistas devedores, eliminar características indesejáveis à ideologia neoliberal e reorganizar o processo de acumulação capitalista.

O Brasil, pressionado pelo grande capital privado transnacional⁸, principalmente a partir da década de 1990⁹, vive um processo de desregulamentação, de avanço de políticas de liberalização monetária e privatizações que motivam mudanças e tentam adequar as instituições aos movimentos do mercado internacional¹⁰.

Todo este processo é especialmente danoso aos segmentos sociais desprovidos das possibilidades de investir no mercado financeiro. Estes sentem fragilizadas ainda mais as suas condições de sobrevivência. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE 2001, 55% dos ocupados encontravam-se na informalidade. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais, também do IBGE (2008) mostrou que 85% das cidades brasileiras com população entre 100 e 500 mil habitantes possuem favelas.

Combinando as formas relativa e absoluta de apropriação da mais-valia, desenvolvem-se nas empresas modelos alternativos ao taylorismo/fordista que objetivam aumentar a lucratividade das instituições em um contexto de intensa concorrência. Respaldam este processo de desenvolvimento de novos modelos, a expansão do

⁸ É crescente a participação do capital financeiro transnacional no Brasil. Em 1997, os bancos com controle estrangeiro no país respondiam por 12% dos ativos totais do sistema bancário nacional enquanto no final de 2003, esse percentual alcançava 20,73% (BACEN apud JINKINGS, 2006, p. 190).

⁹ Jinkings (2002, p. 45-58) afirma que podemos encontrar as raízes desse fenômeno vislumbrado na década de 1990 na política econômica e monetária instaurada pelo regime militar em 1964. No entanto neste período permanecia a orientação de garantir o controle nacional sobre o sistema bancário comercial, o que não representou um obstáculo a internacionalização do sistema financeiro nacional

¹⁰ As políticas brasileiras adotadas no governo Cardoso aumentaram drasticamente os índices de desemprego em todos os setores da economia. Durante este governo o país experimentou crescimento das importações nos setores tecnologicamente mais desenvolvidos; desnacionalização de empresas; desindustrialização, com a substituição da oferta de produtos nacionais por importados.

trabalho morto em relação ao vivo, que é possível graças à tecnologia microeletrônica, à informática e à flexibilização da produção que geram um aumento da produtividade, engendrando grandes excedentes de força de trabalho, precarização das relações laborais e alargamento do espaço entre capital e trabalho.

Estas alterações nas estruturas de acumulação de capital modificam a lógica das relações sociais de produção e de organização da sociedade. Segundo Sousa (2003, p. 9), “Essas metamorfoses no mundo do trabalho podem ser percebidas tanto nos paradigmas produtivos, quanto no lugar e no sentido atribuídos ao trabalho na formação da sociabilidade e identidade.”

Na tentativa de obnubilar a piora na qualidade de vida no trabalho e buscando adesão dos trabalhadores ao projeto contemporâneo de acumulação desenvolvem-se diversos mecanismos de controle¹¹, como programas de qualidade total, remuneração variável, estabelecimento de metas, premiação salarial por produtividade, criação de equipes de qualidade¹² e tentativas de se apropriar dos conhecimentos adquiridos pelo trabalhador no seu labor diário, sujeitá-lo ao sistema e aumentar sua produtividade.

A disciplina e o controle do trabalho ficam obscurecidos através de políticas denominadas “participativas”, que se apresentam como instrumentos de democratização dos ambientes. Busca-se construir uma identidade entre o capital e o trabalho, ressaltando os desafios da concorrência e requisitando a colaboração dos assalariados.

¹¹ Silva (2004, p. 207) denomina estes mecanismos como instrumentos de racionalização do processo produtivo.

¹² Silva (2004, pp. 208-213) demonstrará que a ênfase na qualidade é um dos instrumentos do capital para enfraquecer a resistência dos trabalhadores e subjugar-los aos mecanismos de acumulação flexível.

Apesar da divulgação de ideias que preconizam a valorização do humano o que se vislumbra é a predominância de ansiedade, medo, sobrecarga de trabalho, bem como de artifícios gerenciais para fragilizar a luta sindical e os laços de solidariedade entre os trabalhadores. À medida que os trabalhadores incorporam a ideologia divulgada, os conflitos de classe tendem a dissimular-se, ou a se apresentar como algo inelutável, que invalida qualquer ação que busque ser emancipadora.

Os métodos produtivos, gerenciais e os instrumentos de trabalho são inovadores, entretanto as conseqüências para os trabalhadores apresentam-se como um flagrante retrocesso a formas de organização fabril similares ao início do processo industrial, tais como o salário por peça, aumento das horas trabalhadas, terceirização, etc.

Estes novos mecanismos de controle do capital, cuja adesão é obtida à força, mas com aparência de consenso, invadem todos os segmentos da sociedade, inclusive as instituições de ensino, organizando o trabalho numa estrutura que se convencionou chamar de toyotismo¹³.

No taylorismo e no fordismo a subsunção da subjetividade do trabalhador ainda era meramente formal. Com o toyotismo, busca-se constituir um novo tipo de envolvimento do trabalho vivo à lógica do capital, há um esforço para que a captura da subjetividade seja mais intensa.

O resultado dessa captura da subjetividade do trabalho vivo pela lógica do capital é o aprofundamento do estranhamento¹⁴

¹³ Por ter surgido no débil mercado japonês dos anos 1950 o toyotismo conseguiu adequar-se ao capitalismo mundial dos anos 1980, que era marcado por uma crise de superprodução, que impõe novas normas de concorrência.

¹⁴ Entendemos estranhamento (*Entfremdung*) como uma forma específica de exteriorização humana, especialmente sob o domínio do trabalho assalariado sob o capitalismo, que se liga as insuficiências de realização do gênero humano provenientes das formas históricas de apropriação do trabalho. Sobre isso escreve Ranieri (2009, p.1) “[...] estranhamento, pelo contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que aquela atividade se realize em conformidade com as potencialidades humanas [...]”

e do fetichismo. O trabalhador além de envolvido fisicamente com a atividade, deve buscar soluções criativas para tornar mais eficiente seu trabalho. O saber e o fazer do trabalhador são apropriados e ele deve pensar e agir para o capital, para a produtividade.

O nexos objetivo que sustentará a captura da subjetividade no toyotismo, será a precarização das condições de trabalho¹⁵. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são desregulamentados e flexibilizados pelo Estado, o que limitou a capacidade da classe que vive do trabalho de influir nas decisões que envolvem as relações produtivas. Sobre isso afirma Silva (apud Polizel 2003, p. 52)

[...] esses governos atuaram de forma decisiva, na redefinição de macropolíticas econômicas voltadas para a liberalização de controle sobre os movimentos do capital; no ataque às políticas sociais e de amparo aos trabalhadores e na instituição de mecanismos legais em que as decisões políticas estivessem protegidas do sufrágio universal e que pairassem acima das instâncias tradicionais de negociação e participação dos sujeitos sociais nacionais.

O trabalhador é levado a competir com seus pares, em um esquema de trabalho em equipe, em que cada um se torna supervisor do outro.

¹⁵ Mezaros (2002, p. 622) afirma que a precarização e o aumento do desemprego provocam a desumanização do homem no trabalho aumentando o poder do sistema capitalista de sujeitar os trabalhadores aos seus objetivos de superar a crise do modelo taylorista/fordista “Graças à desumanização do próprio trabalho vivo, transformado em uma mercadoria que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar (como organismo) adentrando a estrutura $\frac{3}{4}$ e se submetendo às exigências materiais e organizacionais $\frac{3}{4}$ das relações de troca dominantes, os principais obstáculos que limitavam.

Como as escolas estão intimamente ligadas à preparação da mão-de-obra para o mercado de trabalho, toda esta reestruturação no mercado de trabalho as afeta profundamente.

Para que o capitalismo funcione e mantenha seu nível de acumulação é imprescindível que a classe trabalhadora seja preparada para desempenhar sua função na estrutura do sistema. Os trabalhadores devem receber a ideologia dominante para aceitarem e reproduzirem, sem se revoltar, os valores que garantam o bom funcionamento das engrenagens capitalistas. As escolas como aparelhos ideológicos do Estado e os professores, devem transmitir estes valores. Sobre isso escrevia Louis Althusser (1998, p.79):

Todos os aparelhos ideológicos do Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista. (...) Este concerto é regido por uma única partitura [...] a ideologia da classe dominante. [...] Portanto, neste concerto, um aparelho ideológico do Estado desempenha o papel dominante, muito embora não escutemos sua música a tal ponto ela é silenciosa! Trata-se da Escola. Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o Maternal, e desde o Maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais vulnerável, [...] os saberes contidos na ideologia dominante [...]

Assim, alterações na produção exigem uma nova conformação na estrutura educacional, para adequá-la a sua função de preparação das massas.

Este esquema de trabalho organizado nos moldes estabelecidos pelo toyotismo vem nos últimos anos sendo paulatinamente implantado

nas escolas do Estado de São Paulo.

Com salários imensamente defasados em relação às escolas de capital privado e desvalorizados socialmente em seu papel social, os professores assistem atônitos à implantação de medidas típicas do toyotismo, como a remuneração variável e bonificações por produtividade.

As unidades escolares são divididas e categorizadas por uma pontuação que determina o salário de seus funcionários. Neste esquema passa a ser importante que os professores vigiem uns aos outros para garantirem a elevação do score da escola. Com isso se aumenta a pressão sobre os professores criando a ilusão de que eles são os responsáveis pelo seu salário e pelo dos seus companheiros.

Ao implantar estas alterações no sistema de ensino, o Estado se baseia em diretrizes estabelecidas por organismos internacionais, mormente as do Banco Mundial para os países de economia periférica.

Considerações finais

A economia, o trabalho, a geografia, a história, o erotismo, a cultura, enfim o mundo se globalizou, se expandiu. Como decorrência destes fatos, observamos atônitos uma profunda reengenharia dos processos produtivos.

Organizações que se construíram baseando-se no taylorismo/fordismo desmoronam, cedendo espaço às empresas de relações produtivas flexibilizadas, que exploram principalmente a criatividade, a capacidade imaginativa e autonomia, relegando a segundo plano a necessidade de se apropriar da força física dos trabalhadores.

Na esteira desta reestruturação produtiva vem de roldão o

desemprego e a precarização de conquistas histórias das classes que vivem do trabalho.

Não é possível desvencilhar as práticas escolares de todas estas mudanças estabelecidas nos ambientes produtivos. O capital se organiza de forma sistêmica relacionando os diversos órgãos sociais para a obtenção de um objetivo comum.

Sendo as escolas partícipes do mundo cotidiano, as transformações no modo de produção necessariamente reverberam em suas estruturas, provocando alterações. Modificações nas escolas exigem dos professores esforços de reestruturação de seus papéis sociais como educadores.

O governo paulista, pressionado pelos órgãos internacionais que capitaneiam o sociometabolismo do capital, por meio de diretrizes e leis, pressiona os docentes a se adequarem a um novo padrão pedagógico que esteja em conformidade com as exigências do mercado.

Determinações emanadas de instituições internacionais influenciam a adoção de um modelo pedagógico que esteja atrelado ao ideário liberal, que preconiza o mínimo de investimento possível na educação e o máximo de centralização na cobrança por resultados. Mesmo que o discurso oficial propale que as instituições educacionais possuem autonomia, o que assistimos é a autonomia reduzir-se apenas aos aspectos que possibilitam a responsabilização do professor pelos fracassos escolares.

Na lógica empresarial imposta pelo governo, os professores devem garantir a melhora na qualidade do “produto”, ou seja, garantir a aprovação dos alunos (o que indubitavelmente melhora os índices estatísticos do Estado). Ademais, ao aumentar sua eficiência, a empresa/escola deixaria os consumidores (alunos e responsáveis) satisfeitos,

minorando a tensão social e provocando como resposta ações voluntárias dos clientes (como o programa “amigos da escola”) que por meio destas pagariam pelo serviço prestado.

Seguindo ainda esta esdrúxula lógica empresarial de pressão sobre os docentes e as empresas/escolas, o governo estabelece que as instituições que não atingirem os resultados desejados devem ter seus funcionários punidos com cortes salariais.

Enleadas pelo “canto de sereia” liberal, a Secretária da Educação de São Paulo e a mídia em geral, apropriam-se de bandeiras históricas dos profissionais da educação (como a melhoria na qualidade de ensino e democratização da escola), para transformá-las em arremedo que satisfaça aos interesses do capital e iluda os que são atendidos pelas escolas.

A melhoria na qualidade do ensino, por exemplo, se transmuta em política de resultados (aprovações) e indicadores educacionais satisfatórios.

Ante esta realidade os professores são cobrados, responsabilizados e exigidos. Mister que adotem uma nova postura, sejam mais flexíveis, menos chatos, mais exigentes, entendam os mecanismos psicológicos que envolvem os processos de conhecimento e principalmente que consigam transmitir informações significativas para a vida.

Apesar das inúmeras exigências e cobranças para que os profissionais da educação resignifiquem seu agir, os investimentos em qualificação e formação se reduzem dia a dia gerando nos professores a angústia de terem que, por conta própria e com seus poucos recursos, construir um novo perfil docente que possibilite um trabalho satisfatório e digno a eles e aos seus alunos.

O mais novo instrumento de pressão a angustiar os docentes são as avaliações impostas pelo governo. Por mais criteriosas e eficientes que sejam, no máximo elas podem servir como instrumento para diagnosticar, nunca como solução as mazelas da educação. A discussão, portanto, não deve se centrar nos instrumentos avaliativos, mas sim o que fazer com o resultado obtido nas provas.

Temos de considerar, no entanto, que é muito mais fácil focar nos resultados das avaliações, culpabilizando docentes por escores baixos, que suscitar discussões que contemplem o porquê dos resultados e o que fazer com eles.

Ante esta realidade os professores tentam trabalhar e educar mesmo que às vezes sintam-se perdidos na tarefa de identificar o novo papel da escola.

O cenário desenhado ao longo desse artigo nos permite inferir que o professor pressionado pelas profundas e violentas transformações do mundo contemporâneo, se vê obrigado à construção de novas formas de interpretação do seu fazer: novas interpretações estéticas, morais, culturais, intelectuais, etc.

ZAGO, Luis Henrique. Globalização, educação e o trabalho docente. **Aveso do Aveso**, Araçatuba, v.8, n.8, p. 88 - 107, nov. 2010.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: Notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização**: O capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

_____. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Editora Praxis, 1999.

_____. **Trabalho Corpo e Subjetividade Toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global**. Disponível em: < <http://globalization.cjb.net/> > Acesso em: 8 jan.2008.

ANFOPE. **Moções 2001**. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/grupos/formac/anfopcuritiba.htm>>. Acesso em 14 jun.2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2002

_____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: da revolução de 30 até a aliança Libertadora. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **A era da informatização e a época da informalidade**: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15–26.

BANCO DO BRASIL. **Retrato da empresa**. Quem fez o BB. Disponível em: <http://www.bb.com.br/appbb/portal/ri/ret/Quem_Faz_BB.jsp>. Acesso em 31 jan.2008.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estratégias para la educación**: Examen del Banco Mundial. Washington: (s.ed.), 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: As consequências Humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. 17. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BRASIL . Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: Ensino Médio. Brasília, 2000.

CALDERÓN, Adolfo. **Amigos da escola**: Ações e reações no cenário educacional. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-3709--Int.pdf>>.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORSI, Francisco Luiz. **O plano real**: um balanço crítico (1994-1998). Disponível em: <<http://globalization.cjb.net/>> Acesso em 10 mar.2009. Acesso em: 10 jan.2005.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicologia do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez.1997.

FERREIRA, Paulo Cesar Ximenes Alves. **Um Brasil sem truques**. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 jul.1995.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp. 1997.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Análise Sócio-histórica do Processo de Personalização de professores. In. ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, 5. , **Anais...** São Paulo: Unesp, 2000. p. 28-33

GORZ, André. **Crítica da divisão do Trabalho**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JINKINGS, Nise. **Trabalho e resistência na “Fonte Misteriosa”**: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo, Imprensa Oficial 2002.

_____. A reestruturação do trabalho nos Bancos. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 189–206.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. In História. 3.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

_____. **O capital**: Crítica da economia política. 19.ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27–44.

MINELLA, A. **Banqueiros, Organização e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/ANPOCS, 1998.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59–76.

POLIZEL, F.A.P. **Práticas pedagógicas do/a professor/a coordenador no contexto da política educacional paulista: 1995 – 2002**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SÃO PAULO. PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Secretária de Estado da Educação, 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**: Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SILVA, Jair Batista da. A face privada de um banco público: os experimentos flexíveis no Banco do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 207–236.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia da Educação**: Construindo a cidadania. São Paulo, FTD, 1994.

SOUSA, Vera Luisa. **A trajetória de docentes no novo mundo de trabalho**: resgatando algumas identidades. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinando do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 45-58.